



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



6. GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de Gestão de Riscos utiliza como premissa básica o modelo das três linhas de defesa e é dotada de políticas, procedimentos, sistemas e instrumentos de controles voltados à gestão dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros (interest rate risk in the banking book - IRRBB), operacionais, liquidez e socioambientais.

O Banco utiliza como instrumento de gestão a Declaração de Appetite por Riscos (RAS). Neste documento consta o conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco que expressam o apetite a risco da Instituição.

A alta administração tem participação ativa na gestão de riscos, sendo responsável pela aprovação das revisões e atualizações da Política de Gestão Integrada de Riscos.

O Banco possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que enseja na adoção de parâmetros sociais e ambientais na análise para concessão de crédito, além de minimizar o risco financeiro e previne que o Banco financie projetos que desrespeitem legislações ou que promovam risco ambiental ou à saúde pública.

Risco de Crédito

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. Os empréstimos e financiamentos devem manter relação adequada com o Patrimônio de Referência da Instituição.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

Risco de Mercado e Liquidez

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços. No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular BACEN nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de value at risk (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. As informações são geradas de forma sistematizada, importando e consolidando os dados extraídos de bases externas (BACEN, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR.

O Banco possui na carteira de Tesouraria alocações de recursos com elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, que mitigam o risco de liquidez. Na gestão do risco de liquidez são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada por área especializada.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

Gestão de Capital

A Estrutura de Gerenciamento de Capital envolve as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão (Comitês, Diretoria Executiva e Conselho de Administração).

A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

7. CONTROLES INTERNOS

A estrutura de Controles Internos e Compliance do Banco da Amazônia busca assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Visando a disseminação da cultura de controle e fortalecimento da 1ª linha de defesa, o Banco instituiu e capacitou representantes de todas as Gerências, com o objetivo de aprimorar a gestão dos processos operacionalizados na 1ª linha de defesa. O curso de Formação de Agentes de Riscos, Governança, Controles e Compliance disseminou conhecimento e ações de mapeamento dos processos de suas respectivas áreas.

As atividades de conformidade foram reformuladas considerando as práticas de mercado e exigências regulamentares. Foram identificadas como ponto de transição medidas que visam o fortalecimento dos controles de 1ª linha e a intensificação da supervisão dos controles de 2ª linha.

Os controles dos processos são testados por meio de procedimentos alinhados às boas práticas do COSO. Para as fragilidades identificadas, planos de ação são elaborados para a implantação de novos controles ou aprimoramento dos controles já existentes.

Com vistas a garantir a efetividade e consistência dos controles internos da Instituição, os planos de ação são monitorados pelos gestores e áreas de 2ª linha de defesa, objetivando o cumprimento das medidas de controles implantadas.

8. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna do Banco da Amazônia atua como terceira linha de defesa, sendo responsável por fornecer avaliação assessoria e percepção baseadas em risco e maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança. Sua atuação visa fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A unidade é vinculada ao Conselho de Administração e sua atuação é regulamentada pelo Regimento Interno da Auditoria, observadas as disposições do Estatuto Social do Banco e da legislação em vigor. Em março, ocorreu alteração em sua denominação, de Secretaria Executiva de Auditoria Interna (SEAUD) para Auditoria Interna (AUDIT).

No período, foram realizadas ações que contribuíram para o fortalecimento, desempenho da gestão e desenvolvimento institucional da unidade de auditoria. Destacam-se:

- Avaliação da atuação da Central de Serviços de TI, em relação ao gerenciamento de demandas e relacionamento com o negócio;
- Gestão de canais, Políticas de crédito e cadastro, Jurídico-Contencioso e Estratégia;
- Revisão de norma de procedimento em virtude das mudanças ocorridas em normas e regulamentações relativas às atividades de auditoria interna;
- Iniciados projeto de implantação do Sistema Integrado de Suporte à Auditoria Interna (Auditar), cedido pelo Banco Central do Brasil (BCB);
- Reorganização administrativa da unidade visando adequação dos processos da área à metodologia de auditoria interna vigente, aderente aos três macros processos mapeados: Gerenciais, Finalísticos e de Apoio de Suporte;
- Planejamento da implantação de um programa de qualidade e melhoria contínua para auditoria interna que está na etapa de avaliação das atuais atividades da AUDIT alinhadas aos requisitos estabelecidos pelo referencial técnico do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, nos preceitos legais aplicáveis e nas boas práticas nacionais e internacionais relativas;
- Realizadas capacitações em curso de Auditoria de Fraudes, Canais de Denúncias, Fiscalização de Contratos segundo normas internas, curso e certificação em Adequação de Ofertas de Produtos e Serviços ao Cliente - aspectos regulatórios, Auditoria baseada em risco, Auditoria contínua, Auditoria de Tecnologia da Informação, Gestão ou Controladoria Jurídica, participação em Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras.

9. UNIDADES DE ATENDIMENTO

O Banco já dispõe de três Centrais de Crédito (Acre, Mato Grosso e PA I/PA II) em funcionamento e, nos próximos meses, serão implantadas: Central de Crédito 02, em Palmas-TO, e Central de Crédito 03 em Porto Velho-RO, com previsão em agosto e setembro, respectivamente.

Após a implantação das Centrais de Crédito, o Banco estará integralmente com nova estrutura de Centralização de Análise de Crédito, com mais governança dos processos e segregação das esteiras.

No período foi necessário ajustes às necessidades da empresa ao cenário econômico e de negócios atual, onde após estudo técnico, decidiu-se pelo encerramento das atividades das unidades: PAB-SUDAM (Estado do Pará) e PAA-ALMAS (Estado do Tocantins).

Está previsto para o 2º semestre de 2018 a implantação da Coordenadoria de Verificação da Qualidade das Centrais de Crédito e Cadastro, a qual irá atuar na primeira linha de defesa dos processos de crédito e cadastro, com a finalidade de fortalecimento dos controles internos, melhor gerenciamento dos riscos no processo de concessão e o nível de qualidade.

10. OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de comunicação que possibilita registrar reclamações, denúncias, sugestões e elogios, os quais são encaminhados às áreas internas responsáveis para resposta, cuja pertinência é analisada à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e da transparência das relações entre Banco e clientes.

A Ouvidoria atua como Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Desde a vigência da Lei, o Banco já recebeu 647 pedidos de informação. Desse total, 87,01% registrado por pessoa física e 12,99% por pessoa jurídica. Entre os temas mais recorrentes, estão: concursos, licitações, FINAM e recursos do FNO.

No primeiro semestre de 2018, foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 55 demandas, contra 70 no mesmo período de 2017. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 39 registros de reclamações, sendo 09 reguladas procedentes, 09 reguladas improcedentes, 18 não reguladas, uma regulada não conclusiva e duas canceladas, todas respondidas no prazo regulamentar (no 1º semestre de 2017 foram 32 registros de reclamações, sendo 04 reguladas procedentes, 08 reguladas improcedentes, 17 não reguladas e uma regulada não conclusiva e duas não reguladas canceladas, todas respondidas no prazo regulamentar). Não foram recebidas demandas da Ouvidoria do Ministério da Fazenda.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Em atendimento a demanda advinda das Centrais de Crédito, foi realizada a implantação de links alternativos de internet, melhorando o fluxo de dados entre as unidades em duas ou mais vezes, de forma a evitar a interrupção de comunicação entre as áreas. O prazo final para atender toda a rede é até outubro de 2018.

Foram implantadas as novas centrais telefônicas com recurso de gravação de voz, em 110 agências, ação que atende recomendação da instrução CVM 505, que prevê obrigações das instituições para os procedimentos e controles na transmissão e execução de Ordens. Na transmissão de ordens por telefone ou outros sistemas de voz, há a necessidade de manutenção de sistema de gravação para registrar os diálogos mantidos com os clientes ou seus prepostos, e as ordens transmitidas por eles.

Dentre os serviços digitais programados e implantados no semestre, destaca-se o lançamento do aplicativo Token Eletrônico, substituto do cartão de segurança; a implantação do novo canal de Internet Banking para Empresas – IBK-PJ e a implantação de nova versão do Mobile Banking, com nova funcionalidade de primeiro acesso ao cliente.

Foi implantado o novo padrão de Arquitetura de Sistemas, agregando agilidade e eficiência, além da redução de consumo de mão de obra técnica do Banco.

Para o próximo semestre, está prevista a redefinição de processos do projeto corporativo Transformação Digital, contemplando:

- Estrutura de Integração para o MPO Digital
- Cadastro e Conta digital
- Fomento Digital